



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8094

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** José Marcos Martins de Freitas

**Data:** 14/12/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 130/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal ao “Grupo Social Comunitário Jardim Alegre”. (Referente à Lei nº 4.289, de 22/12/2010).

**Controle Interno – Caixa:** 25.9

**Posição:** 21

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
Ex: 25.9  
Ordem: 21  
nº fls: 24



10/1/2010

21-12-2010

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 130/2010

AUTOR:

Ver. José Marcos Martins de Freitas

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Grupo  
Social Comunitário Jardim Alegre.

Entrada em 14/12/2010  
Comissão Legislação e Justiça.

MOVIMENTO

- 1 - PROVA DE EM. REGIME DE VA
- 2 - GOV. C.A. EM. 21-12-2010
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_

*1º cons. 14/12/2010*

PROJETO DE LEI Nº 130/2010

“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob denominação de “GRUPO SOCIAL COMUNITÁRIO JARDIM ALEGRE”, inscrita no CNPJ sob. nº 11.323.266/0001-91 com sede na Rua “H”, nº 57, Jardim Alegre, Montes Claros-MG. CEP: 39.400-000

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 30 de Novembro de 2010

  
José Marcos Martins de Freitas  
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
30/11/2010	
HORA: 11:20	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 14 DE DEZEMBRO DE 2010  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 130/2010 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública” de autoria do Vereador José Marcos Martins de Freitas.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de dezembro de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 130/2010**

**AUTOR: Ver. José Marcos Martins de Freitas**

**MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Grupo Social Comunitário Jardim Alegre”**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 14/12/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/12/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal ao **ao Grupo Social Comunitário Jardim Alegre**

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que atende os requisitos previstos em lei para a concessão do referido título.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui que o referido projeto é legal e constitucional e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_